



Entrevista exclusiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concedida à Produtora Virage/TV Canadá para o documentário “O mundo segundo Lula”

Palácio do Planalto, 30 de maio de 2007

Jornalista: O senhor acha que o Brasil tem o lugar que merece, qual seria o papel que poderia cumprir e como vocês vão fazer isso?

Presidente: É importante lembrar que o Brasil já foi a 8ª economia mundial e nós trabalhamos para que o Brasil recupere o seu poder de crescimento e que possa ser não a 18ª, mas possa ser a 5ª, a 4ª e, por que não, pensar em ser um dia a 1ª economia mundial? O Brasil tem extensão territorial para isso, tem condições climáticas para isso, o Brasil tem conhecimento tecnológico para isso. O que aconteceu no Brasil, historicamente, é que muitas vezes as políticas de desenvolvimento e as políticas econômicas foram subordinadas a um mandato presidencial e, no mandato presidencial, você não consegue elaborar todas as coisas necessárias para que o Brasil cresça. O que você tem que fazer? Planejar, a médio e curto prazo, e estabelecer diretrizes que possam permear, não apenas um mandato, mas vários mandatos.

É por isso que eu estou confiante no Brasil, estou confiante que nós encontramos, finalmente, um jeito de fazer política econômica sem fazer mágica. O ingrediente da mágica é a seriedade. Na medida em que você estabelece regras claras, na medida em que você conquista respeito, na medida em que você combina o crescimento econômico com desenvolvimento social, porque não adianta crescer se você não fizer distribuição de renda, nós repetiríamos apenas os erros do passado, e eu coloquei na cabeça que nós não deveríamos cometer os erros do passado. Eu particularmente trabalho com a convicção de que o século XXI tem que ser o século do Brasil, da América do



Sul e dos países africanos. Eu acho que o mundo desenvolvido precisa entender que nós não abriremos mão de crescer, desenvolver e fazer justiça social.

Jornalista: Falemos um pouquinho da OMC. Por que o senhor resolveu criar o G-20?

Presidente: Quando eu fui a Davos, em 2003, no dia 25 de janeiro, conversei com muita gente e disse ao meu ministro das Relações Exteriores que era preciso a gente trabalhar para mudar a geografia comercial do mundo, que nós não poderíamos nos contentar em achar que os Estados Unidos e a União Européia decidiam as coisas e o resto do mundo tinha que acatar. Não era correto e não era respeitoso para com os outros países. Então, nós estabelecemos uma parceria com a China, com a Índia, com a África do Sul, com a Argentina e com outros países para criar uma organização nossa, que pudesse somar não apenas a quantidade de gente, mas a capacidade produtiva dos nossos países e a capacidade de negociação dos nossos países, para fazer frente aos blocos tradicionalmente existentes, que eram a União Européia e os Estados Unidos.

No começo, muita gente achou que não ia dar certo: “ah, é mais um fracasso da política externa do Brasil”. Bom, o que aconteceu, de verdade, quatro anos depois? É que não existe possibilidade de haver nenhum acordo comercial no mundo sem que o G-20 não seja chamado para participar da mesa de negociação, porque representamos mais da metade da população mundial, porque representamos países emergentes com potencial extraordinário de crescimento, porque somos países que oferecem oportunidades extraordinárias para qualquer investidor, que queira efetivamente investir, ganhar o seu dinheiro e gerar riqueza em outros continentes. E isso está permitindo que o G-20 tenha um papel muito



importante nas negociações da Organização Mundial do Comércio, e para nós está claro o seguinte: nos últimos seis meses falei mais de uma vez com o presidente Bush, falei com o Tony Blair, falei com Angela Merkel, falei com a Itália, falei com a França, dizendo o quê? Que o acordo da Rodada de Doha não depende mais de números econômicos ou de produtos, depende de uma decisão política de cada líder. E eu tenho dito aos meus companheiros: como é que nós queremos passar para a história? Eu lembro que quando fui a Camp David, eu disse ao presidente Bush: presidente Bush, como é que você vai querer passar para a história? Com a guerra do Iraque? Ou nós vamos querer passar para a história como os dirigentes políticos que, numa determinada época do século XXI, fizeram uma proposta de acordo que beneficiava os países mais pobres do Planeta e que permitiram que eles tivessem acesso ao mercado agrícola do mundo desenvolvido?

Como é que está hoje? Hoje, o que nós precisamos ter clareza? Os estados Unidos têm que reduzir o subsídio, a União Européia precisa flexibilizar para que os produtos agrícolas dos países pobres tenham acesso ao mercado europeu e nós, do G-20, precisamos flexibilizar para que venham mais produtos industriais. Ora, se todos nós concordamos com esse tripé e todos nós temos diferenças pequenas nos números, está na hora de a gente agradecer aos nossos técnicos, que já tomaram as decisões, já negociaram. E do ponto de vista da decisão política, os presidentes e os primeiros-ministros assumirem que nós queremos fazer. Por que não fazem? Porque o líder está pensando na sua eleição, cada líder está pensando no seu público interno. E acho que um líder, em determinados momentos, pode até ter problemas internos, mas ele precisa pensar no conjunto da humanidade, porque o mundo hoje está globalizado. E a África terá, daqui a 20 anos, 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, e se a gente não ajudar a África a se desenvolver, a América Latina a se desenvolver, nós teremos mais problemas do que soluções. E como eu sou um homem que acredita na democracia e na paz, eu acho que



tem dois ingredientes para que isso aconteça no mundo: desenvolvimento, crescimento econômico e distribuição de renda. Na hora em que o povo estiver feliz, não haverá motivos para terrorismos, não haverá motivos para o banditismo, não haverá motivos para o crime organizado. Então, nós temos o poder de decidir. Eu estou indo participar de todas as reuniões internacionais com esse objetivo.

Jornalista: Vamos falar um pouquinho das Nações Unidas. Senhor Presidente, o que o Brasil pode trazer de novo num Conselho de Segurança reformado?

Presidente: Olha, não se trata do Brasil levar algo de novo, trata-se de fazermos justiça ao atual momento político que vive o mundo. A ONU foi criada em 1948, numa situação política, uma situação geopolítica que não existe mais hoje. Acabou a bipolaridade, hoje o mundo está muito mais democratizado, quem era fraco ficou mais forte, quem era forte ficou mais fraco. O que nós queremos é um equilíbrio nas decisões, o que nós queremos é que se tenha maior participação. O que nós estamos reivindicando? Que entre alguém da América Latina, que entre alguém da África, que possa entrar alguém do Oriente Médio, que entrem países como a Alemanha, como o Japão, que possam dar o equilíbrio. Por que apenas cinco membros participando das Nações Unidas? Cinco pessoas, cinco países que têm muita dificuldade de falar em nome da paz, porque são os cinco maiores produtores de armas do mundo e, possivelmente, os maiores vendedores de armas do mundo. Então, o que nós queremos é um equilíbrio geográfico e reivindicamos o direito para o Brasil porque o Brasil é o maior país da América Latina, reivindicamos para o Japão porque que é uma das maiores economias do mundo, reivindicamos para a Alemanha porque é, também, uma das maiores economias do mundo e reivindicamos uma ou duas vagas para o continente africano, afinal de contas, são 1 bilhão de habitantes que não estão representados. E é lá, no continente



africano, que tem também muitos conflitos. E por que os outros têm que decidir sobre os conflitos da África sem permitir que tenha lá um africano para fazer a análise correta dos problemas?

Eu penso que nós vamos conseguir, vai ser difícil. Por exemplo: a China tem problemas com o Japão, a Alemanha tem problemas com a Itália. Aqui no Brasil e na América do Sul nós temos menos problemas, mas também é um direito do México querer participar, é também um problema da Argentina ter dúvida. Mas o dado concreto é que nós precisamos elevar o número fazendo uma representação maior, e o Brasil vai continuar brigando. Por isso nós criamos o G-4, que envolve Alemanha, Japão, Índia e Brasil. Por que a Índia está fora? Um país com 1 bilhão de habitantes, um país com crescimento econômico extraordinário, com alta tecnologia, com muita influência no mundo, por que não pode estar dentro do Conselho? Então, o que nós queremos é acabar com privilégios que foram criados em função de um momento histórico em que vivíamos e queremos fazer com que o mundo seja melhor representado nas Nações Unidas.

E não é apenas o Conselho de Segurança que nós queremos mudar na ONU. É preciso mudar muita coisa na ONU, é preciso que tenha mais representação em todas as esferas de decisões da ONU para que a gente tenha uma ONU mais representativa, uma ONU que, quando tomar uma decisão, ela seja cumprida, e que ninguém tome decisão à revelia dela. Essa é a ONU que nós queremos construir no século XXI.

Jornalista: O senhor ficou decepcionado quando a Condoleezza Rice, num discurso há dois anos, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, não apoiou publicamente o Brasil?

Presidente: Não, não fiquei decepcionado. Não fiquei decepcionado porque eu compreendo que os países que fazem parte do Conselho de Segurança como



membros permanentes não queiram mudanças, afinal de contas, ninguém quer perder privilégios. Então eu compreendo essas coisas, mas eu posso lhe garantir que de lá para cá mudou muita coisa, obviamente que eu não sei se os Estados Unidos votarão ou não no Brasil. A primeira coisa que eu quero é que eles aceitem a idéia da reforma. Depois que aceitarmos a idéia da reforma e estabelecermos que reforma vai ser, aí sim, nós vamos discutir quais países vão entrar e, aí sim, eu vou trabalhar para que os americanos votem no Brasil.

Jornalista: Vamos falar um pouquinho de Haiti. Qual é o objetivo da missão diplomática agora no Haiti? É mais visibilidade na ONU, por exemplo, ou são também outras coisas?

Presidente: Veja, o nosso objetivo no Haiti, primeiro, é provar que é possível ter uma intervenção de paz num país, sem truculência, respeitando a democracia e as liberdades impostas pelo próprio povo do Haiti. Eu penso que é uma experiência rica para os países da América Latina que estão participando com Forças de Paz no Haiti. Se não fossem nós, eu não sei o que já teria acontecido no Haiti. É só perguntar para o Haiti o que significa o comportamento de um soldado brasileiro, de um soldado argentino, de um soldado chileno e de um soldado paraguaio, que você vai ouvir que eles são mais democráticos e menos truculentos do que outros que já estiveram lá.

Então, eu disse ao presidente Préval: na hora em que Vossa Excelência decidir, me chame por telefone e fale: “presidente Lula, não precisamos mais das suas tropas aqui no Haiti”. Eu as retirarei na mesma hora, não tem nenhum problema. Elas só estão lá porque o presidente Préval ainda precisa de um tempo para construir a sua própria Força de Paz, a sua própria polícia interna, para que depois ele possa prescindir. Enquanto ele precisar e as nossas Forças estiverem contribuindo para a tranqüilidade no Haiti, nós vamos ficar lá.

Qual é o problema que estamos enfrentando? É que os países



doadores, normalmente os países mais ricos do Planeta, que se comprometeram a dar 1 bilhão de dólares para ajudar no desenvolvimento do Haiti, não colocam o dinheiro. Em toda reunião dizem que tem 1 bilhão de dólares, mas toda vez que a gente fala: cadê o dinheiro? O dinheiro não aparece. Se não houver desenvolvimento no Haiti, se não houver investimento em infra-estrutura, se não houver investimento em alguma coisa que gere empregos e se não houver investimento em educação, vai ser muito difícil ter paz no Haiti, qualquer que seja o presidente da República.

Por isso nós estamos lá, para sermos úteis ao povo do Haiti, para atender os interesses da ONU na manutenção da paz e para contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Jornalista: Vamos falar da América Latina, agora. Por que o Brasil não assinou a Alca, em Mar del Plata?

Presidente: Eu não assinei a Alca porque eu era contra a Alca. A Alca, tal como estava prevista, na verdade, era um acordo entre os Estados Unidos e o Brasil. Por quê? Porque são as duas maiores economias do hemisfério, são os dois maiores países. E eu me perguntava sempre o seguinte: a União Européia, para concluir o grande acordo que formou esse continente extraordinário, levou 50 anos. Os países ricos tiveram que colocar um fundo de desenvolvimento que ajudou a Grécia, que ajudou a Espanha, que ajudou Portugal, para que fosse, mais ou menos, uma unidade, com países equilibrados. Ora, qual o potencial tecnológico dos países da América Latina frente aos Estados Unidos? Qual o poder tecnológico de alguns países da América Latina em relação ao Brasil? Então, o que nós queríamos? Um acordo que levasse em conta a necessidade de ajudarmos os países mais pobres a se levantarem um pouco para depois ter um acordo, porque senão não seria acordo, seria um sufoco nos países mais pobres.



O dado concreto é que nós tomamos uma outra iniciativa. Primeiro, a de fortalecer o Mercosul. Segundo, a de construir uma unidade na América do Sul. Hoje, ninguém mais fala em Alca. Nem Bush fala em Alca, nem Condoleezza fala em Alca, nem Lula fala em Alca, nem Kirchner fala em Alca, ninguém. Por quê? Porque nós estamos hoje muito mais preocupados em resolver o problema na OMC. É lá que nós precisamos estabelecer as regras comerciais do mundo, porque aí nós não precisaremos de outros mecanismos, você fica no mecanismo bilateral. Mas o grande acordo é na OMC. Então, nós vamos brigar para que tenha um acordo na OMC. E a Alca, eu posso te dizer que não conheço mais um dirigente de direita, de esquerda e de centro que fale em Alca.

Jornalista: E os acordos bilaterais, isso não vai atrapalhar?

Presidente: Os acordos bilaterais, cada país faz o acordo que bem entender com quem quiser, nós não temos o direito de impedir. Ninguém pode impedir de ter a sua relação bilateral com os Estados Unidos, ou os Estados Unidos terem com a Argentina, ou a Argentina ter com o Uruguai, ou o Uruguai com o Paraguai, ninguém pode impedir. Essas relações bilaterais são regras estabelecidas entre os países, levando em conta os acordos gerais. No caso do Brasil, nós vamos continuar trabalhando para fortalecer o Mercosul, tendo consciência de que como o Brasil e a Argentina são as duas maiores economias do Mercosul e, agora, com a entrada da Venezuela, que também é um país com um potencial econômico grande, nós precisamos ajudar os países mais pobres como o Uruguai, como o Paraguai, como a Bolívia, como o Equador. Nós precisamos trabalhar, porque se nós não vencermos os obstáculos das assimetrias, nós sempre teremos problemas políticos de um país pobre ficar sempre culpando o país rico pela sua própria miséria. E o Brasil não tem vocação hegemônica, o Brasil quer ter uma vocação de



parceria. Eu quero construir parcerias com os países, ajudando-os e recebendo a ajuda deles para que a gente possa crescer, se desenvolver e fazer distribuição de renda juntos.

Jornalista: Por que para o senhor, Presidente, é tão importante a consolidação da América do Sul?

Presidente: É uma experiência que eu trago do movimento sindical. Eu aprendi, na minha luta sindical, que a união faz a força. Eu fico imaginando o seguinte: se cada país da América do Sul tentar encontrar saída individual na sua relação direta com a União Européia, na sua relação direta com os Estados Unidos ou na sua relação direta com o Japão ou a China, por exemplo, a tendência natural é que nós levemos desvantagens. Então, o que nós estamos intuindo? É que se nós juntarmos forças, estabelecermos entre nós um programa de integração político, econômico e cultural, fizermos entre nós as obras que temos que fazer para a integração – as rodovias, as ferrovias, as pontes, telecomunicações – nós vamos ganhando força para quando nos sentarmos em uma mesa de negociação, respeitando o interesse individual de cada país, termos um conjunto de coisas que signifique interesses coletivos. Se nós estivermos juntos, nós já seremos 350 milhões de habitantes; se nós estivermos juntos, seremos um PIB muito maior; se nós estivermos juntos, é conhecimento tecnológico maior, é um potencial agrícola maior. Então, eu fico me perguntando o seguinte: por que o Brasil é o maior produtor de café do mundo, a Colômbia produz muito café, outros países da América Latina produzem muito café, e quem decide o preço é Chicago?

Esses dias, eu conversava com o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, e a gente começou a intuir: por que não criar uma organização internacional em que nós, produtores de café, decidamos o preço do café? O mundo é muito engraçado, nós somos os maiores produtores de café e quem



industrializa o café são os alemães, são os italianos, quem comercializa o café industrializado não somos nós, quem tem valor agregado são eles, e não nós. Nada contra eles terem, mas nós também temos o direito de competir e só vamos competir se tivermos força, maturidade e decisão política de que nós não queremos ser apenas exportadores de produtos *in natura*. Nós queremos ser exportadores de café com valor agregado, de minério de ferro com valor agregado, de soja com valor agregado, porque é isso, no fundo, no fundo, que faz um país ficar rico.

Jornalista: O Brasil quer também um parlamento sul-americano, uma moeda comum?

Presidente: Queremos. Queremos um parlamento da América do Sul, já temos o Parlamento do Mercosul, queremos um parlamento da América do Sul, e precisamos trabalhar com o horizonte de que nós precisamos ter uma moeda única de negociação entre nós. Eu fico me perguntando: qual é o sentido de Brasil e Argentina negociarem com o dólar? Por que não negociamos com as nossas moedas? Nós estamos pensando na criação de um Banco da América do Sul, e nós estamos trabalhando. Ainda está muito incipiente essa discussão, mas eu penso que todos nós já estamos maduros para compreender que precisamos ser mais decisivos na definição das coisas que nós entendemos que são boas para nós. Eu acho que nós vamos chegar lá, nós vamos trilhar, eu diria, quase o mesmo caminho da União Européia, vamos ter que enfrentar problemas políticos, vamos ter que enfrentar diferenças econômicas, diferenças tecnológicas, mas nós chegaremos lá. É importante lembrar que a América do Sul vive um novo e bom momento político.

Jornalista: Senhor Presidente, qual é a realização na política externa de que o senhor tem o maior orgulho?



Presidente: O respeito.

Jornalista: Concretamente?

Presidente: Historicamente, o Brasil teve um comportamento de país colonizado. Nós já conquistamos a nossa independência há 200 anos, mas na hora das decisões políticas e econômicas, o Brasil sempre esteve subordinado às economias mais ricas. E nós decidimos que não é importante um país agir como se fosse inferior, como se fosse subalterno. Nós queremos que o País seja nem melhor, mas também não pior, que seja igual, que sejamos respeitados. Por isso eu digo sempre: respeito é uma coisa importante, eu gosto de dar e quero receber respeito. E para conquistar esse direito é preciso que a gente defina primeiro quais os nossos objetivos.

Quando nós decidimos fortalecer a América do Sul e a América Latina, muita gente aqui no Brasil nos criticou, mas o dado concreto é que a balança comercial do Brasil com a América do Sul e a América Latina, hoje, é maior do que a nossa balança comercial com a Europa. É maior do que a nossa balança comercial com os Estados Unidos, sem diminuir a nossa balança comercial. Ela tem crescido 20% com a Europa, tem crescido 20% com os Estados Unidos, mas tem crescido 40% ou 50% na América do Sul. Tem crescido na África.

Então, esse é o dado concreto. Quando você define o que você quer ser, e eu aprendi uma coisa na minha vida: ninguém respeita um interlocutor que não se respeita, se você entrar numa mesa de negociação achando que é inferior ao seu interlocutor, já estará derrotado. Se entrar achando que é melhor, já estará derrotado. Você tem que entrar com muita humildade, mas com muita altivez sabendo, *a priori*, quais são os interesses de que você não pode abrir mão. É assim que eu tenho mantido uma boa relação com todos os países do mundo. Eu não quero ser melhor, não quero ser mais importante,



mas também não quero ser inferior.

Jornalista: Senhor Presidente, qual foi a sua maior decepção nesses quatro anos, em termos de política externa?

Presidente: A maior decepção que eu estou tendo é o fato de muitas vezes se assinar um acordo internacional e ele não ser cumprido. Por exemplo, a decepção com o Protocolo de Quioto. Todos os países vão a Quioto, assinam um protocolo, mas depois a gente volta para os nossos países e ninguém cumpre a lição que se determinou cumprir, sobretudo os países ricos. Eu fico vendo, de vez em quando, algumas críticas. Nós temos que analisar o que foi o desmatamento na América do Norte, que ainda tem árvore por causa do Canadá, porque se não fosse o Canadá, quase não teria árvore. A gente vê o que aconteceu no desmatamento da União Européia, na China. A União Européia, hoje, só tem 0,3% da mata que ela tinha há 8 mil anos. O Brasil ainda tem 69% das suas matas.

Eu, por exemplo, não aceito lição em preservação ambiental no Brasil, em desmatamento no Brasil. Nós diminuimos em 52% o desmatamento, em três anos, e vamos diminuir mais porque queremos preservar a Amazônia, mas nós não aceitamos que as pessoas tentem imputar ao Brasil culpa por alguma coisa. A culpa, normalmente, é dos países industrializados que emitem gases que não deveriam emitir. Nós fizemos uma proposta, em Nairobi, para que os países ricos paguem crédito de carbono pelo fato de os países diminuírem o desmatamento e, portanto, absorverem o gás. Até agora, nada. Até agora, as grandes economias não assumiram a responsabilidade de cumprir o Protocolo de Quioto. Nós, aqui do Brasil, estamos dizendo ao mundo: é preciso que a gente mude a nossa cabeça, deixe de utilizar combustíveis fósseis e comece a utilizar combustíveis renováveis.



A política do etanol, a política do biodiesel e a política da energia limpa são coisas que este País tem autoridade para falar com o mundo. Não queremos ser inferiores. Nós já introduzimos 23% de etanol na gasolina, já construímos o carro flex-fuel que usa 100% de álcool ou 100% de gasolina, e acho que o mundo pode seguir, o mundo pode colocar 10% de álcool na gasolina. O que eu acho importante na política de biocombustíveis? É que eu acho que os biocombustíveis serão a redenção da África. Ao invés de os países europeus ficarem apenas utilizando petróleo, poderiam utilizar um pouco de biocombustíveis e fazer parcerias com os países africanos para que nos países africanos fosse produzido o etanol, fosse produzido o biodiesel. O que vai acontecer? Vai gerar empregos, vai gerar renda. E emprego e renda trazem consumo, que traz mais indústria, que traz mais produtos, e é a chance que nós temos de fazer a África deixar de ser um continente pobre. Uma outra decepção internacional, primeiro, é o não-cumprimento de alguns protocolos, e a outra é a questão da OMC. É indescritível que não exista sensibilidade para entender que nós temos o poder de dar uma chance aos povos que não tiveram chance no século passado. É tão simples, não vai custar nada para o Brasil, não vai custar nada para a Europa ou para os Estados Unidos. Nós apenas vamos dizer à nossa gente: Estamos fazendo um acordo porque queremos ajudar os que não tiveram chance no século passado.

Jornalista: Justamente falando da OMC, o presidente Chirac – a gente estava junto com o senhor lá em Paris há dois anos – disse que o problema da OMC são os Estados Unidos e os Estados Unidos falam que o problema é a Europa. Quem fala a verdade?

Presidente: Veja, eu acho que os dois não estão dizendo a verdade. O problema da França são os agricultores franceses e os eleitores franceses, e o problema dos Estados Unidos são os agricultores americanos e os eleitores



americanos, porque todo mundo sabe o peso que tem a agricultura nos Estados Unidos e todo mundo sabe o peso que tem a pequena agricultura na França. Então, as pessoas não estão vendo agricultores, as pessoas estão vendo eleitores e, por isso, não querem tomar uma posição, fica um culpando o outro.

Eu brinquei muito com Chirac, brinquei muito com o Bush porque é um argumento para não dar o passo seguinte. Eu acho que o presidente Bush vai dar o passo. Agora, eu quero conversar com o novo presidente da França, com o presidente Sarkozy, para dizer a ele: Olha, em algum momento da nossa vida nós, políticos, passamos para a história porque fazemos um gesto ousado. O que me deixa preocupado é saber o seguinte: depois de você governar um país, como é que você quer passar para a história? Você foi apenas mais um ou fez uma coisa diferente, uma coisa boa, em que alguém pode ter ganho alguma coisa com isso? É esse o desafio que está colocado para nós e é esse o problema da OMC. Eu estou trabalhando com muito otimismo e estou convencido de que nós vamos fazer o acordo. Não o acordo que eu gostaria, mas o acordo possível de ser feito.

Jornalista: Para os próximos quatro anos, Presidente, quais são as prioridades da política externa? Vão mudar, vai ter alguma coisa nova?

Presidente: Eu vou continuar priorizando a minha relação com a América do Sul e vou continuar priorizando a minha relação com a África. Eu acho que o Brasil tem responsabilidade histórica com a América do Sul, América Latina e com a África, sem abrir mão das nossas relações estratégicas com a União Européia, com os Estados Unidos, com o Japão. E vamos também privilegiar a nossa relação com a China, Índia, porque são parceiros extremamente importantes nessa balança desequilibrada do comércio mundial. Então, a minha prioridade é essa.



Internamente a nossa prioridade é fortalecer as políticas sociais. Fizemos um grande programa de investimento em infra-estrutura, são 250 bilhões de dólares em quatro anos, isso só do governo e das empresas públicas, não estamos contando com as empresas privadas, que devem investir um outro montante extraordinário, e estou convencido de que o Brasil finalmente encontrou o seu caminho. Os pobres do Brasil voltaram a conquistar o direito de acreditar, de ter esperança e de sorrir. E do ponto de vista da política externa, eu acho que o Brasil também está ocupando um papel importante, na medida em que nós respeitamos todo mundo, na medida em que somos respeitados, e na medida em que discutimos igualdade de condições.

Então, eu penso que isso vai manter um certo equilíbrio para que a gente sonhe com mais paz, com mais democracia, com mais riqueza produzida no mundo e com mais distribuição de riqueza, porque a riqueza produzida nas mãos de poucos, significa miséria, e a riqueza produzida nas mãos de muitos significa distribuição de renda. É assim que eu vejo o mundo.

Jornalista: Uma última pergunta. Na sua trajetória pessoal, o que aconteceu que a política externa ou internacional é tão importante? Eu fico me questionando o que aconteceu na trajetória do senhor que o fez colocar tanta ênfase.

Presidente: É porque eu não acredito na saída individual no mundo globalizado. Quando eu era dirigente sindical, eu não acreditava que um sindicato sozinho pudesse fazer a luta que deveria fazer. Nós criamos a CUT, depois nós descobrimos que não dava para ficar acreditando nos partidos que já existiam, era preciso criar um novo partido. Criamos o PT. E na política internacional, eu acho que não dava para a gente fazer a mesma coisa que vinha sendo feita, era preciso fazer uma coisa nova e, por isso, eu valorizo a



política internacional, porque o mundo está globalizado, os aviões estão cada vez mais rápidos, a telecomunicação é uma revolução que há 20 anos a gente não esperava que fosse dessa magnitude. Hoje um cidadão transfere bilhões ou trilhões de dólares num computador. Então, quanto mais países nós tivermos trabalhando juntos, mais estaremos protegidos de ataques especulativos, mais poderemos oferecer de propostas de paz para o mundo e tranquilidade. É assim que eu vejo a questão da política externa.

Jornalista: Muito obrigada Presidente.

Presidente: Obrigado a você.